

OPINIÃO



NUNO ANTUNES

Advogado, sócio
da Miranda & Associados

Por uma estratégia de recuperação económica: “Quo vadis, Europa?”

Francois Lenoir/Reuters

A

crise económica que se avizinha, resultante da pandémica covid-19 será, provavelmente, para a Europa, o mais duro desafio do pós-II Guerra Mundial. Quanto mais não fora por esta razão, a adjetivação desta pandemia como “guerra” não é exagerada. E como “guerra” deve ser encarada. No seio da UE, o debate político está concentrado, e bem, na definição de políticas e instrumentos que, nas esferas financeira, económica, monetária e orçamental irão suportar os custos da crise e promover o relançamento da economia.

Não obstante a relevância crucial de que se revestirá esse desenho político da futura alavancagem económica da Europa, há uma responsabilidade que impende sobre todos os atores: identificar as oportunidades. Qualquer grande crise traz, sempre, excecionais oportunidades. De mudança. De crescimento.

Nos mundos empresarial e financeiro, de onde brota o investimento, a afetação de recursos ainda continua centrada, quase em exclusivo, na mitigação dos efeitos da crise: segurança de pessoas; monitorização detalhada dos dados económico-financeiros; análise do fluxo de informação e decisão (quase) em “tempo real”.

Sem embargo disso, as declarações políticas, aos diferentes níveis, são já demonstradoras de que os esforços empresariais e financeiros, a par dos políticos, carecem de recentramento. Não descurando a gestão táctica da “guerra”, há que prospetar estrategicamente o futuro.

A “recuperação económica” na Europa, que será indubitavelmente uma faina herculeana, terá maiores probabilidades de sucesso se concebida à luz dos vetustos princípios de Von Clausewitz: objetivo; ofensiva; massa; economia de forças; manobra; unidade de comando; segurança; surpresa; simplicidade. Neste quadro, uma estratégia



de retoma com sucesso dependerá de:

- Um objetivo de médio-longo prazo para a recuperação económica que seja claro e distinto;
- Uma ofensiva financeira, económica, monetária e orçamental disruptiva e sem hesitações;
- Ação imediata, concentrando a “massa” económico-financeira no objetivo estabelecido;
- Não ocorrerem desutilidades com objetivos menores;
- Firmeza na evitação da estagnação da economia a curto prazo (seja a que custo for);
- Liderança e coesão na UE, longe de querelas fúteis;
- Medidas de superação das vulnerabilidades europeias (e.g. na energia, tecnologia, indústria);
- Uma alavancagem económica sem precedentes, alicerçada no fator surpresa;
- Um quadro simples e de fácil apreensão para os atores políticos, económicos e financeiros.

Falamos de uma economia sustentável, soberana e para os europeus, impulsionando a iniciativa por caminhos de fu-

turo. Uma economia de cariz multilateral, mas sem hesitações geopolíticas e capaz de fazer sentir a sua ascendência no plano global. Tendo no seu desenho, uma simples sigla: ESG (environmental, social and governance). Uma Europa focada nos anseios dos seus “stakeholders”, transparente no funcionamento e ambientalmente responsável. Com financiamento ético, alicerçado em métricas de ESG adequadas. Que discrimine positivamente a favor de quem contribui para o objetivo delineado. De feição socialmente inclusiva. Que elimine desigualdades, entre Estados e entre cidadãos. Priorizando a descarbonização da economia e uma transição energética efetivamente justa. Com a inovação tecnológica e a capacidade industrial no seu cerne. E, finalmente, que seja solidária, internamente com os seus membros, e externamente com outros estados (e.g. África).

É demasiado ambicioso? Talvez.

Mas será muito possivelmente agora que se ficará a conhecer o âmago da Europa e dos europeus, enquanto projeto sócio-político-económico comum. ■